



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário - Área Judiciária

Especialidade Execução de Mandados

Caderno de Prova, Cargo B02 , Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Português
Conhecimentos Específicos
Redação Oficial

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para rascunho da redação oficial.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Redação.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e o Caderno de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Caso de injustiça

Quando adolescente, o poeta Carlos Drummond de Andrade foi expulso do colégio onde estudava. A razão alegada: “insubordinação mental”. O fato: o jovem ganhara uma nota muito alta numa redação de Português, mas o professor, ao lhe devolver o texto avaliado, disse-lhe que ele talvez não a merecesse. O rapaz insistiu, então, para que lhe fosse atribuída uma nota conforme seu merecimento. O caso foi levado ao diretor da escola, que optou pela medida extrema. Confessa o poeta que esse incidente da juventude levou-o a desacreditar por completo, e em definitivo, da justiça dos homens.

Está evidente que a tal da “insubordinação mental” do rapaz não foi um desrespeito, mas uma reação legítima à restrição estapafúrdia do professor quanto ao mérito que este mesmo, livremente, já consignara. O mestre agiu com a pequenez dos falsos benevolentes, que gostam de transformar em favor pessoal o reconhecimento do mérito alheio. Protestando contra isso, movido por justa indignação, o jovem discípulo deu ao mestre uma clara lição de ética: reclamou pelo que era o mais justo. Em vez de envergonhar-se, o professor respondeu com a truculência dos autoritários, que é o reduto da falta de razão. E acabou expondo o seu aluno à experiência corrosiva da injustiça, que gera ceticismo e ressentimento.

A “insubordinação mental”, nesse caso, bem poderia ter sido entendida como uma legítima manifestação de amor-próprio, que não pode e não deve subordinar-se à agressividade dos caprichos alheios. Além disso, aquela expressão deixa subentendido o mérito que haveria numa “subordinação mental”, ou seja, na completa rendição de uma consciência a outra. O que se pode esperar de quem se rege pela cartilha da completa subserviência moral e intelectual? Não foi contra esta que o jovem se rebelou? Por que aceitaria ele deixar-se premiar por uma nota alta a que não fizesse jus?

Muitas vezes um fato que parece ser menor ganha uma enorme proporção. Todos já sentimos, nos detalhes de situações supostamente irrelevantes, o peso de uma grande injustiça. A questão do que é ou do que não é justo, longe de ser tão-somente um problema dos filósofos ou dos juristas, traduz-se nas experiências mais rotineiras. O caso do jovem poeta ilustra bem esse gosto amargo que fica em nossa boca, cada vez que somos punidos por invocar o princípio ético da justiça.

(Saulo de Albuquerque)

1. Ao comentar esse “caso de injustiça”, o autor do texto está sublinhando, fundamentalmente, a importância
 - (A) de que se deve revestir toda medida pedagógica, no trato com as reações temperamentais dos jovens rebeldes.
 - (B) que se deve atribuir, em qualquer situação, à responsabilidade ética de se preservar o que é efetivamente justo.
 - (C) de se experimentar o peso do que é injusto, para então se chegar à convicção de que a justiça é possível e necessária.
 - (D) de se considerar segundo as circunstâncias aquilo que é justo, pois não há nenhum princípio de justiça que seja duradouro.
 - (E) que reside nas demonstrações de benevolência, sobretudo naquelas em que se explicita a intenção de generosidade.

2. Considere as seguintes afirmações:
 - I. Embora a reação do rapaz tenha de fato configurado, para o autor do texto, um caso intolerável de “insubordinação mental”, considerou este extremamente injusta a medida disciplinar adotada.
 - II. O que há de positivo e desejável numa “subordinação mental” desaparece, segundo o autor do texto, quando esta é efeito de uma imposição autoritária.
 - III. Mesmo a experiência das pequenas injustiças pode ser decisiva, pois a partir delas é possível formar-se a convicção de que o que é verdadeiramente justo não tem lugar nas ações humanas.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

 - (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.

3. Considerando-se o contexto do segundo parágrafo, traduz-se corretamente o sentido de uma frase ou expressão em:
 - (A) *restrição estapafúrdia* = restringência disparatada.
 - (B) *a pequenez dos falsos benevolentes* = a diminuição dos contumazes generosos.
 - (C) *o reduto da falta de razão* = o exílio da irracionalidade.
 - (D) *experiência corrosiva da injustiça* = vivência do agressivamente injusto.
 - (E) *gera ceticismo e ressentimento* = acarreta incredulidade e dissentimento.

<p>4. No contexto do terceiro parágrafo, a expressão</p> <p>(A) “subordinação mental” indica a qualidade de quem não transige na administração do amor-próprio.</p> <p>(B) “subordinação mental” indica a reação de quem vai de encontro ao que determina a cartilha da completa subserviência.</p> <p>(C) “insubordinação mental” indica a qualidade de quem vai de encontro ao que determina seu amor-próprio.</p> <p>(D) “insubordinação mental” indica a reação de quem não se envergonha de contestar o outro de modo truculento e autoritário.</p> <p>(E) “insubordinação mental” indica a reação de quem vai de encontro à ação caprichosa e autoritária do outro.</p>	<p>7. Transpondo-se para outra voz verbal a frase, a forma verbal resultante será</p> <p>Preenchem corretamente as lacunas da frase acima apresentada, respectivamente:</p> <p>(A) o poeta foi expulso do colégio / expulsou-se.</p> <p>(B) que lhe fosse atribuída uma nota / se atribuisse.</p> <p>(C) o mérito que este já consignara / tinha consignado.</p> <p>(D) deu ao mestre uma clara lição / foi dado.</p> <p>(E) acabou expondo seu aluno / acabou sendo exposto.</p>
<p>5. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:</p> <p>(A) Podem ganhar proporções desmesuradas todo fato que, embora aparentemente pequeno, acaba formando uma grande convicção em face de um valor de alta permanência.</p> <p>(B) O autor não se furta em compactuar com o jovem aluno, em razão de terem ambos o mesmo procedimento diante do incidente gerado a partir do professor de Português, que redundou na expulsão da escola.</p> <p>(C) A referência ao gosto amargo que fica em nossa boca diz respeito às marcas da injustiça, o que trazem para nós esse ressentimento de quem não sabe se comprazer de algum princípio ético.</p> <p>(D) Sempre haverá aqueles que se valem de ações supostamente generosas para incutir no beneficiário delas não a convicção do que é justo, mas a obrigação do reconhecimento de um débito moral.</p> <p>(E) Não é preciso que se premie o mérito, o que é preciso é reconhecê-lo na justa medida do merecimento, sem o que se arrisca a transformá-lo numa dívida insondável, por parte de quem o premiou.</p>	<p>8. É adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:</p> <p>(A) Apenas uma avaliação justa de sua redação – eis tudo <u>o que</u> o jovem Drummond aspirava.</p> <p>(B) “Insubordinação mental” foi a justificativa <u>à qual</u> recorreu a direção da escola para expulsar o adolescente.</p> <p>(C) “Subordinação mental” é a expressão <u>à que</u> chega o autor, subentendendo o sentido de uma outra.</p> <p>(D) Entendendo o rapaz que não fazia jus <u>aquela</u> nota, solicitou ao professor uma nova avaliação.</p> <p>(E) O caso narrado deixa claro <u>de que</u> pequenas injustiças podem gerar grandes ressentimentos.</p>
<p>6. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente atendidas na frase:</p> <p>(A) Não pode subordinar-se à eventual agressividade dos caprichos alheios aqueles que têm em alta conta o seu amor-próprio.</p> <p>(B) Não se esperem daqueles que se entregam aos rompantes da truculência qualquer gesto inspirado pelo sentimento de justiça.</p> <p>(C) Podem ficar em nossa boca, mais do que o gosto amargo da injustiça eventual, os travos da amargura e do ceticismo definitivos.</p> <p>(D) A repetição de pequenas experiências da injustiça costumam, com frequência, dar ensejo a convicções profundas e duradouras.</p> <p>(E) São negativos todos os ensinamentos de que derivam, em vez da confiança nos princípios, a descrença quanto aos valores morais.</p>	<p>9. Considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. O jovem foi expulso do colégio.</p> <p>II. A razão alegada foi “insubordinação mental”.</p> <p>III. O jovem deixou de crer na justiça dos homens.</p> <p>Essas afirmações estão articuladas de modo correto e coerente no seguinte período:</p> <p>(A) Com a alegação de que houvera “insubordinação mental” do jovem, expulsaram-no do colégio, e ele deixou de crer na justiça humana.</p> <p>(B) O jovem, que deixou de crer na justiça dos homens, porque lhe alegaram “insubordinação mental”, foi expulso do colégio.</p> <p>(C) Por ter sido alegada “insubordinação mental”, o jovem deixou de crer na justiça dos homens, tendo sido expulso do colégio.</p> <p>(D) Embora tenha sido alegada a “insubordinação mental”, o jovem deixou de crer na justiça dos homens, mesmo porque fora expulso do colégio.</p> <p>(E) Expulso do colégio, tendo em vista que a razão alegada foi “insubordinação mental”, o jovem ainda assim deixou de crer na justiça humana.</p>
	<p>10. Está inteiramente correta a pontuação da frase:</p> <p>(A) Nesse caso, a suposta “insubordinação mental” do jovem, bem poderia ter sido entendida como de fato uma legítima manifestação de seu amor-próprio.</p> <p>(B) Esse mestre de Português, do jovem Drummond, acabou por lhe dar em vez de uma nota alta, uma lição inesquecível de grande injustiça.</p> <p>(C) Houve grande dignidade, na reação do jovem quando descontente com a fala do professor, insurgiu-se contra o mestre.</p> <p>(D) A questão do que é ou do que não é justo não constitui, exclusivamente, um problema dos filósofos ou juristas, pois concerne à prática de todos.</p> <p>(E) A medida extrema da expulsão foi, segundo Drummond decisiva, para que ele a partir de então deixasse de crer na justiça dos homens.</p>

Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto seguinte.

Falamos o idioma de Cabral?

Se é que Cabral gritou alguma coisa quando avistou o monte Pascoal, certamente não foi “terra ã vishta”, assim, com o “a” abafado e o “s” chiado que associamos ao sotaque português. No século XVI, nossos primos lusos não engoliam vogais nem chiavam nas consoantes – essas modas surgiram no século XVII. Cabral teria berrado um “a” bem aberto e dito “vista” com o “s” sibilante igual ao dos paulistas de hoje. Na verdade, nós, brasileiros, mantivemos sons que viraram arcaísmos empoeirados para os portugueses.

Mas, se há semelhanças entre a língua do Brasil de hoje e o português antigo, há ainda mais diferenças. Boa parte delas é devida ao tráfico de escravos, que trouxe ao Brasil um número imenso de negros que não falavam português. “Já no século XVI, a maioria da população da Bahia era africana”, diz Rosa Virgínia Matos, lingüista da Universidade Federal da Bahia. “Toda essa gente aprendeu a língua de ouvido, sem escola”, afirma. Na ausência da educação formal, a mistura de idiomas torna-se comum e traços de um impregnam o outro. “Assim os negros deixaram marcas definitivas”, diz Rosa.

Também no século XVI, começaram a surgir diferenças regionais no português do Brasil. Num pólo estavam as áreas costeiras, onde os índios foram dizimados e se multiplicaram os escravos africanos. No outro, o interior, persistiam as raízes indígenas. À mistura dessas influências vieram se somar as imigrações, que geraram diferentes sotaques.

Mas o grande momento de constituição de uma língua “brasileira” foi o século XVIII, quando se explorou ouro em Minas Gerais. “Lá surgiu a primeira célula do português brasileiro”, diz Marlos Pessoa, da Universidade Federal de Pernambuco. A riqueza atraiu gente de toda parte – portugueses, bandeirantes paulistas, escravos que saíam de moinhos de cana e nordestinos. Ali, a língua começou a uniformizar-se e a exportar traços comuns para o Brasil inteiro pelas rotas comerciais que a exploração do ouro criou.

(Super Interessante. Almanaque de férias 2003. São Paulo, Abril, 2003, pp. 50-51)

11. Considere as seguintes afirmações:
- I. Atualmente, alguns sons que produzimos ao falar o português do Brasil não mais se produzem na língua falada pelos portugueses.
 - II. Escravos africanos e índios influenciaram, na mesma proporção e nas mesmas regiões, o falar do português brasileiro.
 - III. Apenas com a educação formal é que se constituiu o que se pode chamar de língua “brasileira”.
- Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.

12. Deve-se concluir, da leitura do texto, que no processo de formação e constituição de uma língua,
- (A) os fatores econômicos não têm peso decisivo.
 - (B) o aprendizado formal tem mais peso do que o informal.
 - (C) uma grande expansão comercial colabora em sua uniformização.
 - (D) a contribuição dos imigrantes tem pouca relevância.
 - (E) a célula geradora de sua uniformização é a prática da escrita.

13. Mas, se há semelhanças entre a língua do Brasil de hoje e o português antigo, há ainda mais diferenças.
- A frase acima conserva a correção e o sentido caso se substituam os elementos sublinhados, respectivamente, por
- (A) havendo semelhanças - haveria ainda mais diferenças.
 - (B) mesmo que haja semelhanças - há também diferenças.
 - (C) houvesse semelhanças - haveria também diferenças.
 - (D) no caso de haver semelhanças - as diferenças seriam mais numerosas.
 - (E) conquanto haja semelhanças - as diferenças são em maior número.

14. Considerando-se o contexto, na expressão *traços de um impregnam o outro* o fenômeno aí representado traduz uma
- (A) oposição entre falantes.
 - (B) interação de falares.
 - (C) predominância de um idioma.
 - (D) alternativa entre línguas.
 - (E) exclusão de sotaques.

<p>15. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do plural para preencher de modo correto a lacuna da seguinte frase:</p> <p>(A) A que palavras (ter) recorrido, naqueles longínquos tempos, o comandante dos portugueses que avistaram o monte Pascoal?</p> <p>(B) Não (importar) se foram estes ou aqueles povos que mais contribuíram para a constituição do português do Brasil; o que importa é especificar a contribuição.</p> <p>(C) Caso não (ter) havido as imigrações, nossa língua teria deixado de contar com um grande número de vocábulos.</p> <p>(D) Não (caber) à educação formal as iniciativas de constituição de uma língua; desta se encarregam os que a falam.</p> <p>(E) É preciso reconhecer o quanto (importar) o fluxo de imigrantes para a constituição do português que falamos atualmente.</p>	<p>18. Está correta a articulação entre os tempos e os modos verbais na frase:</p> <p>(A) Se Cabral tivesse gritado alguma coisa quando houvesse de avistar o monte Pascoal, certamente não foi “terra ã vishta”.</p> <p>(B) Na ausência da educação formal, a mistura de idiomas tornava-se comum e traços de um passavam a impregnar o outro.</p> <p>(C) À mistura dessas influências tinham vindo se somar as imigrações, que gerassem diferentes sotaques.</p> <p>(D) Mas o grande momento de constituição de uma “língua brasileira” passou a estar sendo o século XVIII, quando se explorara ouro em Minas Gerais.</p> <p>(E) A língua começou a uniformizar e a ficar exportando traços comuns para o Brasil inteiro pelas rotas comerciais que a exploração de ouro teve de estar criando.</p>
<p>16. Há falta ou ocorrência indevida do sinal de crase em:</p> <p>(A) Não é preciso agarrar-se à nenhuma teoria lingüística para se chegar à conclusão de que uma língua se constitui a partir de muitos intercâmbios com outras.</p> <p>(B) Ao se referir à língua de Cabral, o autor do texto lembra que, àquela época, certas sonoridades não eram estranhas às do português que se fala hoje no Brasil.</p> <p>(C) Assim, à primeira vista, não é fácil avaliar o que há de idêntico entre a prosódia brasileira e aquela que se verifica em Lisboa.</p> <p>(D) Tendo em vista a necessidade de se preservar a estrutura de uma língua, apela-se, com freqüência, às sistematizações da gramática normativa.</p> <p>(E) Daqui a um bom tempo, o português falado no Brasil poderá estar a uma considerável distância do que se fala hoje.</p>	<p>19. Está correta a flexão de todas as formas verbais na frase:</p> <p>(A) Não é verdade que os portugueses do século XV engulissem as vogais ou chiassem nas consoantes.</p> <p>(B) Sempre serão bem-vindos os imigrantes que chegarem ao Brasil, em qualquer época, e trazerem para nós as marcas de sua língua e de sua cultura.</p> <p>(C) Caso a incorporação de termos estrangeiros não convisse aos falantes de um idioma, estes não haveriam de os aproveitar.</p> <p>(D) Se alguém rever os textos do português arcaico, se espantará com a profusão de termos que ainda freqüentam a fala brasileira em muitas regiões do país.</p> <p>(E) Foram-se somando ao português do Brasil, ao longo dos séculos, os traços que advieram das línguas dos que para cá emigraram.</p>
<p>17. No contexto do segundo parágrafo, o elemento sublinhado na expressão</p> <p>(A) <i>boa parte <u>delas</u></i> está-se referindo ao elemento <i>semelhanças</i>.</p> <p>(B) <i><u>que</u> trouxe ao Brasil</i> está-se referindo ao elemento <i>diferenças</i>.</p> <p>(C) <i>Toda <u>essa gente</u></i> está-se referindo ao elemento <i>a maioria da população da Bahia</i>.</p> <p>(D) <i><u>que</u> não falavam</i> está-se referindo ao elemento <i>português</i>.</p> <p>(E) <i>impregnam <u>o outro</u></i> está-se referindo ao elemento <i>negros</i>.</p>	<p>20. <i>A língua começou a uniformizar-se e a exportar traços comuns para o Brasil inteiro pelas rotas comerciais que a exploração do ouro criou.</i></p> <p>Se na frase acima substituirmos a forma verbal <i>criou</i> pela forma <i>deu ensejo</i>, o termo <i>que</i> deverá dar lugar à expressão</p> <p>(A) a cujas.</p> <p>(B) de cujas.</p> <p>(C) de onde.</p> <p>(D) a que.</p> <p>(E) com que.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. No que tange às modalidades de licitação, a concorrência é obrigatória, entre outros, para a
- (A) concessão de direito real de uso.
 - (B) venda de bens móveis inservíveis.
 - (C) alienação de produtos legalmente apreendidos.
 - (D) escolha de trabalho técnico, científico ou artístico.
 - (E) contratação de obras e serviços de engenharia de qualquer valor.

22. A alteração unilateral do contrato administrativo
- (A) pelo particular, que resulte em acréscimo ao inicialmente pactuado, dentro dos limites legais, pode ser recusada pela Administração.
 - (B) constitui hipótese de cláusula contratual acessória, podendo, portanto, ser renunciada pela Administração.
 - (C) realizada pelo contratado, pode descaracterizar o objeto inicialmente licitado.
 - (D) que aumente os encargos do contratado, impõe à Administração o dever de restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.
 - (E) é vedada pelo ordenamento jurídico, não podendo resultar sequer de acordo entre as partes.

23. O servidor estável não aprovado em estágio probatório relativo a outro cargo será
- (A) exonerado ou aproveitado em outra função de caráter temporário.
 - (B) reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, desde que este não se encontre provido.
 - (C) reintegrado a qualquer cargo com atribuições compatíveis com o anteriormente ocupado.
 - (D) readaptado ou posto em disponibilidade, com proveitos integrais.
 - (E) demitido, hipótese em que receberá indenização pelos prejuízos eventualmente sofridos.

24. Com relação à vacância, considere as seguintes proposições:
- I. A vacância é o ato administrativo pelo qual o servidor é destituído do cargo, emprego ou função.
 - II. O servidor será demitido quando, tendo tomado posse, não entrar em exercício no prazo de 30 dias.
 - III. A remoção constitui penalidade decorrente da prática de ilícito civil.
 - IV. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) I e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) III e IV.

25. No que diz respeito ao sistema remuneratório dos servidores públicos, em geral, considerados em atividade, considere:
- I. Remuneração, fixada em parcela única, paga obrigatoriamente como regra geral ao agentes políticos.
 - II. Acréscimos ao vencimento do servidor público, concedidos a título definitivo ou transitório, dentre outros, em razão de condições anormais em que se realiza o serviço ou de condições pessoais do servidor.
- Tais espécies são modalidades de remuneração, em sentido amplo, denominadas, respectivamente, de
- (A) provento e indenizações.
 - (B) vencimento e adicionais.
 - (C) vencimentos e retribuições.
 - (D) salário e vantagens.
 - (E) subsídio e gratificações.

26. Em relação aos princípios básicos da Administração Pública, é correto afirmar que
- (A) o instituto da legalidade pode ser chamado de princípio da proibição do excesso, e pode ser descumprido pela vontade das partes.
 - (B) na administração pública é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe.
 - (C) a moralidade administrativa se confunde com a moralidade comum e a ilegalidade.
 - (D) o princípio constitucional da impessoalidade nada mais é do que o clássico princípio da finalidade.
 - (E) a razoabilidade, por ser um princípio abstrato, deve ser aferido segundo os valores de um homem com notável cultura jurídica e social.

27. É certo que o poder de polícia
- (A) tem conceituação especificamente doutrinária, uma vez que a legislação nacional não prevê qualquer conceito legal a respeito desse poder administrativo.
 - (B) geral cuida genericamente da salubridade pública, dentre outras, e a especial de setores específicos da atividade humana que afetem bens de interesse coletivo.
 - (C) administrativa atua sobre as pessoas individualmente ou indiscriminadamente, sendo controlado apenas parcialmente face a natureza desse poder.
 - (D) judiciária e a de manutenção da ordem pública incidem sobre os bens, direitos e atividades dos administrados, estando sujeito a controle único do Conselho Nacional de Justiça.
 - (E) originária ocorre por meio de transferência legal, é limitado aos termos da delegação e se caracteriza por atos de execução.

28. NÃO podem ser considerados atos discricionários aqueles
- (A) nos quais o motivo é definido pela lei utilizando noções vagas ou conceitos jurídicos indeterminados.
 - (B) que encontram fundamento e justificativa na complexidade e variedade dos problemas do Poder Público que a lei não pôde prever.
 - (C) que a Administração pode praticar com liberdade de escolha de seu conteúdo, destinatário, conveniência, oportunidade e modo.
 - (D) para os quais só pode haver a discricionariedade dos meios e modos de administrar, nunca os fins a atingir.
 - (E) para os quais a lei estabelece os requisitos e condições de sua realização.

<p>29. Nos termos da Constituição Federal, a lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros. Assim, tanto o nato como o naturalizado podem exercer, dentre outros, os seguintes cargos:</p> <p>(A) Senador, Governador e Ministro da Saúde.</p> <p>(B) Presidente do Senado Federal, Governador e Procurador-Geral da República.</p> <p>(C) Ministro de Estado da Defesa, Presidente do Superior Tribunal de justiça e Advogado-Geral da União.</p> <p>(D) Carreira Diplomática, Ministro do Supremo Tribunal Federal e Deputado Federal.</p> <p>(E) Oficial das Forças Armadas, Presidente da Câmara dos Deputados e Vice-Presidente da República.</p>	<p>33. Considere as assertivas abaixo:</p> <p>I. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de dezessete membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade, com mandato de dois anos, vedada a recondução.</p> <p>II. O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros, nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.</p> <p>III. Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no máximo, sete juízes, nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, depois de aprovada a escolha pela maioria simples da Câmara dos deputados.</p> <p>IV. O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, de, no máximo, nove membros, dentre eles dois Ministros indicados pelo Supremo Tribunal Federal; três juízes eleitos, pelo voto aberto, dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça e os demais indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil.</p> <p>V. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.</p>
<p>30. Nos termos da Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, dentre outros, a</p> <p>(A) proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa ou culposa.</p> <p>(B) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis anos.</p> <p>(C) redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.</p> <p>(D) jornada de sete horas para o trabalho realizado em turnos diurnos e ininterruptos de revezamento, salvo acordo individual de trabalho.</p> <p>(E) remuneração do serviço extraordinário superior, no máximo, em vinte por cento à do serviço normal.</p>	<p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e IV.</p> <p>(B) I, III e V.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) II e V.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>31. Em relação a administração pública direta e indireta é correto afirmar que</p> <p>(A) os vencimentos dos ocupantes de cargos públicos são irredutíveis, permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias no cálculo da sua remuneração, até o limite de vinte por cento do seu subsídio.</p> <p>(B) o prazo de validade do concurso de acesso a cargo ou emprego público será de dois anos, prorrogáveis a critério da autoridade competente por períodos de até um ano.</p> <p>(C) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados ou acumulados para fim de concessão de acréscimos ulteriores.</p> <p>(D) a proibição de acumular cargos públicos não se estende as subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.</p> <p>(E) a lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.</p>	<p>34. Compete privativamente a União, dentre outras matérias, legislar sobre</p> <p>(A) propaganda comercial.</p> <p>(B) assistência jurídica e defensoria pública.</p> <p>(C) proteção à infância e à juventude.</p> <p>(D) custas dos serviços forenses.</p> <p>(E) proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.</p>
<p>32. Nos termos da Constituição Federal, os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de</p> <p>(A) <i>referendum</i>, e do Senado Federal, por lei delegada.</p> <p>(B) plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.</p> <p>(C) plebiscito, e da Câmara dos Deputados, por decreto legislativo.</p> <p>(D) <i>referendum</i>, e do Supremo Tribunal Federal, por resolução.</p> <p>(E) <i>referendum</i>, e do Presidente da República, por proposta de emenda à Constituição.</p>	<p>35. Paulo cedeu a Pedro os direitos hereditários da futura herança de seus pais ainda vivos. Esse negócio jurídico é</p> <p>(A) plenamente válido.</p> <p>(B) anulável.</p> <p>(C) nulo.</p> <p>(D) válido, mas sujeito a condição suspensiva.</p> <p>(E) válido, mas sujeito a condição resolutiva.</p>
	<p>36. Não corre a prescrição</p> <p>(A) até o protesto cambial.</p> <p>(B) contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados e dos Municípios.</p> <p>(C) até a apresentação do título de crédito em juízo de inventário.</p> <p>(D) até a apresentação do título de crédito em concurso de credores.</p> <p>(E) até o despacho do juiz que ordenar a citação.</p>

37. A respeito do mandato é correto afirmar:
- (A) Por sua natureza e finalidade, não pode conter cláusula de irrevogabilidade.
 - (B) Quando se outorga mandato por instrumento público, não pode substabelecer-se por instrumento particular.
 - (C) De acordo com as normas do Código Civil, no Direito Civil brasileiro não existe mandato tácito.
 - (D) O poder de transigir compreende o de firmar compromissos e vice-versa.
 - (E) O terceiro com quem o mandatário tratar poderá exigir que a procuração traga a firma reconhecida.

38. Considere as seguintes assertivas a respeito do contrato de empreitada:

- I. Se ocorrer diminuição no preço do material ou da mão-de-obra superior a um décimo do preço global convencionado, poderá este ser revisto, a pedido do dono da obra, para que se lhe assegure a diferença apurada.
- II. O contrato para a elaboração de um projeto implica a obrigação de executá-lo e de fiscalizar-lhe a execução.
- III. Poderá o empreiteiro suspender a obra se as modificações exigidas pelo dono da obra, por seu vulto e natureza, forem desproporcionais ao projeto aprovado, ainda que o dono se disponha a arcar com o acréscimo de preço.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.

39. Estão obrigados a reparação civil, exclusivamente pelo regime da responsabilidade subjetiva,

- (A) aqueles que, por ato ilícito, causarem dano a outrem.
- (B) os donos de hotéis, pelos atos de seus hóspedes.
- (C) os tutores e curadores pelos atos dos pupilos e curatelados.
- (D) aqueles que habitarem prédio pelo dano proveniente das coisas que dele caírem.
- (E) os pais pelos atos dos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.

40. O pagamento pelo terceiro interessado da dívida pela qual era ou podia ser obrigado, no todo ou em parte, é um dos casos de

- (A) imputação do pagamento.
- (B) consignação em pagamento.
- (C) dação em pagamento.
- (D) pagamento com sub-rogação.
- (E) novação.

41. Considere as seguintes assertivas a respeito da Jornada de Trabalho:

- I. Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário, no registro de ponto, não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.
- II. Os diretores e chefes de departamento ou filial estão sujeitos ao regime da jornada de trabalho prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, fazendo jus ao recebimento das horas extras laboradas.
- III. O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno será computado na jornada de trabalho, exceto, quando o empregador fornecer a condução, independentemente de tratar-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) II e III.

42. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em relação à rescisão do contrato de trabalho pelo empregador em decorrência de falta grave praticada pelo empregado, é correto afirmar que

- (A) o ato lesivo da honra praticado contra o empregador constitui justa causa para a rescisão do contrato de trabalho, inclusive em caso de legítima defesa própria.
- (B) a indisciplina no serviço diz respeito ao descumprimento de ordens pessoais de serviço específico.
- (C) a incontinência de conduta está ligada ao desrespeito do empregado no tocante à vida sexual.
- (D) a condenação criminal do empregado constitui justa causa para a rescisão do contrato de trabalho, ainda que não tenha ocorrido o trânsito em julgado.
- (E) a ofensa física praticada contra o empregador constitui justa causa para a rescisão do contrato de trabalho, inclusive em caso de legítima defesa de outrem.

43. Quando o salário mínimo mensal do empregado à comissão ou que tenha direito a percentagem for integrado por parte fixa e parte variável, ser-lhe-á

- (A) sempre garantido o mínimo, sendo, porém, permitido desconto em mês subsequente a título de compensação, até o limite de 50% do salário mínimo vigente.
- (B) garantido o salário mínimo somente em algumas hipóteses, sendo permitido desconto em mês subsequente a título de compensação, até o limite de 50% do salário mínimo vigente.
- (C) garantido o mínimo somente em algumas hipóteses, sendo vedado qualquer desconto em mês subsequente a título de compensação.
- (D) sempre garantido o mínimo, sendo, porém, permitido desconto em mês subsequente a título de compensação, até o limite de 25% do salário mínimo vigente.
- (E) sempre garantido o salário mínimo, vedado qualquer desconto em mês subsequente a título de compensação.

<p>44. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em relação às Férias, é correto afirmar que</p> <p>(A) o empregado que tiver de 5 a 14 faltas injustificadas durante o período aquisitivo terá direito de gozar 18 dias corridos de férias.</p> <p>(B) o empregado que, no curso do período aquisitivo, deixar o emprego e não for readmitido dentro dos 60 dias subseqüentes à sua saída não terá direito a férias.</p> <p>(C) sempre que as férias forem concedidas após o período concessivo deverão, em regra, ser pagas com acréscimo de 50%.</p> <p>(D) as férias, em qualquer hipótese, poderão ser concedidas em 2 períodos, porém, um deles não poderá ser inferior a 7 dias corridos.</p> <p>(E) a concessão das férias será participada, por escrito ou verbalmente, ao empregado, com antecedência de, no mínimo, 15 dias.</p>	<p>47. Em relação ao Contrato Individual de Trabalho, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar que</p> <p>(A) haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, bem como entre o trabalho intelectual, técnico e manual.</p> <p>(B) considera-se empregador a empresa que, não assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação de serviço.</p> <p>(C) considera-se empregado toda pessoa jurídica que prestar serviços de natureza eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.</p> <p>(D) equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, as instituições de beneficência que admitirem trabalhadores como empregados.</p> <p>(E) considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.</p>
<p>45. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, salvo se cometerem falta grave, nos termos da lei, é vedada a dispensa dos representantes dos empregados membros da Comissão de Conciliação Prévia,</p> <p>(A) somente titulares, até o final do mandato.</p> <p>(B) titulares e suplentes, até o final do mandato.</p> <p>(C) titulares e suplentes, até um ano após o final das eleições.</p> <p>(D) titulares e suplentes, até um ano após o final do mandato.</p> <p>(E) somente titulares, até um ano após o final do mandato.</p>	<p>48. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando ocorrer violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal caberá</p> <p>(A) Recurso de Revista, no prazo de 8 dias.</p> <p>(B) Embargos, no prazo de 8 dias.</p> <p>(C) Recurso de Revista, no prazo de 15 dias.</p> <p>(D) Embargos, no prazo de 15 dias.</p> <p>(E) Agravo de Petição, no prazo de 8 dias.</p>
<p>46. As Convenções Coletivas de Trabalho</p> <p>(A) poderão, excepcionalmente, ser celebradas verbalmente, como ocorre com o contrato de trabalho, sendo uma faculdade a celebração por escrito.</p> <p>(B) são os pactos entre uma ou mais empresas com o sindicato da categoria profissional, em que são estabelecidas condições de trabalho, aplicáveis a essas empresas.</p> <p>(C) só poderão ser celebradas pelos Sindicatos, por deliberação de Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, consoante o disposto nos respectivos Estatutos.</p> <p>(D) não poderão ser celebradas com estipulação de duração superior a um ano, sob pena de nulidade, que poderá ser requerida por qualquer interessado.</p> <p>(E) poderão, em regra, limitar direitos indisponíveis dos trabalhadores, considerados individualmente.</p>	<p>49. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em relação à Liquidação de Sentença é correto afirmar:</p> <p>(A) Na liquidação de sentença exequenda pode-se modificar, ou inovar a sentença liquidanda, bem como discutir matéria pertinente à causa principal.</p> <p>(B) As partes deverão ser previamente intimadas para a apresentação do cálculo de liquidação, inclusive da contribuição previdenciária incidente.</p> <p>(C) Elaborada a conta e tornada líquida, o Juiz abrirá às partes prazo sucessivo de 5 dias para impugnação fundamentada.</p> <p>(D) Em regra, utiliza-se a liquidação por arbitramento quando haja necessidade de provar fatos novos.</p> <p>(E) Elaborada a conta e tornada líquida, o Juiz abrirá às partes prazo sucessivo de 8 dias para impugnação fundamentada.</p>

<p>50. Considere as seguintes assertivas a respeito do Procedimento Sumaríssimo previsto na Consolidação das Leis do Trabalho:</p> <p>I. Os dissídios individuais cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.</p> <p>II. Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.</p> <p>III. As testemunhas, até o máximo de duas para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I. (B) I e II. (C) I e III. (D) II. (E) II e III.</p>	<p>53. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, os Embargos à Execução</p> <p>(A) deverão ser julgados de plano, não se admitindo instrução probatória, sendo vedada a realização de audiência para produção de provas.</p> <p>(B) poderão ser opostos pelo executado no prazo de 10 dias, quando garantida a execução ou penhorados os bens.</p> <p>(C) admitirão ampla matéria de defesa, podendo o exequente aduzir qualquer alegação referente à lide em questão.</p> <p>(D) poderão ser opostos pelo executado no prazo de 15 dias, quando garantida a execução ou penhorados os bens.</p> <p>(E) serão julgados na mesma sentença que as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário.</p>
<p>51. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, o juiz ou presidente do Tribunal, requerida a execução, mandará expedir mandado de citação ao executado, a fim de que cumpra a decisão ou o acordo no prazo, pelo modo e sob as cominações estabelecidas, ou, em se tratando de pagamento em dinheiro,</p> <p>(A) excluídas as contribuições sociais devidas ao INSS, para que pague em vinte e quatro horas, ou garanta a execução, sob pena de penhora.</p> <p>(B) incluídas as contribuições sociais devidas ao INSS, para que pague em vinte e quatro horas, ou garanta a execução, sob pena de penhora.</p> <p>(C) excluídas as contribuições sociais devidas ao INSS, para que pague em quarenta e oito horas, ou garanta a execução, sob pena de penhora.</p> <p>(D) incluídas as contribuições sociais devidas ao INSS, para que pague em quarenta e oito horas, ou garanta a execução, sob pena de penhora.</p> <p>(E) incluídas as contribuições sociais devidas ao INSS, para que pague em cinco dias, ou garanta a execução, sob pena de penhora.</p>	<p>54. Considere as seguintes assertivas a respeito da Decisão no Processo Trabalhista:</p> <p>I. No caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão irrecorrível, salvo para a Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas.</p> <p>II. Nas decisões cognitivas ou homologatórias é facultada a indicação da natureza jurídica das parcelas constantes da condenação ou do acordo homologado.</p> <p>III. Existindo na decisão evidentes erros de cálculo, poderão os mesmos, antes da execução, ser corrigidos, <i>ex officio</i>, ou a requerimento dos interessados ou da Procuradoria da Justiça do Trabalho.</p> <p>De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II. (B) I e III. (C) II. (D) II e III. (E) III.</p>
<p>52. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em relação às custas no Processo Trabalhista é correto afirmar:</p> <p>(A) Sempre que houver acordo, se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas caberá em partes iguais aos litigantes.</p> <p>(B) Nos dissídios individuais do trabalho, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 1% sobre o valor da condenação.</p> <p>(C) Nos dissídios coletivos, em regra, não haverá responsabilidade solidária das partes vencidas pelo pagamento das custas.</p> <p>(D) Nos dissídios individuais do trabalho, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 3% sobre o valor da condenação.</p> <p>(E) Não são isentos do pagamento de custas as autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais, que não explorem atividade econômica.</p>	<p>55. A respeito da liquidação de sentença é correto afirmar que</p> <p>(A) o juiz poderá na liquidação modificar a sentença que julgou a ação procedente, julgando-a, em face da prova colhida, improcedente.</p> <p>(B) proceder-se-á a liquidação por arbitramento quando o valor da condenação depender de cálculo aritmético.</p> <p>(C) far-se-á liquidação por artigos, quando, para determinar o valor da condenação, houver necessidade de alegar e provar fato novo.</p> <p>(D) as partes poderão, na liquidação, discutir novamente a lide, revendo o que já foi decidido no processo de conhecimento.</p> <p>(E) o juiz poderá, na liquidação, modificar a sentença que julgou a ação improcedente, julgando-a, em face da prova colhida, procedente.</p>

<p>56. O procedimento cautelar pode ser instaurado</p> <p>(A) antes ou no curso do processo principal e deste é independente.</p> <p>(B) somente antes do processo principal e deste é sempre dependente.</p> <p>(C) somente antes do processo principal e deste é independente.</p> <p>(D) somente no curso do processo principal e deste é independente.</p> <p>(E) antes ou no curso do processo principal e deste é sempre dependente.</p>	<p>59. Considere as seguintes assertivas sobre a prova pericial:</p> <p>I. Nomeado o perito pelo Juiz será fixado de imediato prazo para entrega do laudo, incumbindo às partes, dentro de 5 dias, contados da intimação do despacho de nomeação do perito, indicar assistente técnico e apresentar quesitos.</p> <p>II. O Juiz poderá dispensar prova pericial quando as partes, na inicial e na contestação, apresentarem sobre as questões de fato pareceres técnicos ou documentos elucidativos que considerar suficientes.</p> <p>III. Os assistentes técnicos são de confiança da parte, sujeitos a impedimento ou suspeição.</p> <p>IV. Apresentado o laudo e intimadas as partes, os assistentes técnicos das partes oferecerão seus pareceres no prazo comum de vinte dias.</p> <p>De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, III e IV. (B) I, II e III. (C) I e II. (D) II, III e IV. (E) II e IV.</p>
<p>57. No que concerne aos recursos e suas disposições gerais, de acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar que</p> <p>(A) a renúncia ao direito de recorrer independe de aceitação da outra parte.</p> <p>(B) a parte, no recurso, só pode impugnar a sentença como um todo, não podendo impugná-la parcialmente.</p> <p>(C) a parte poderá recorrer, ainda que aceitar expressa ou tacitamente a sentença ou a decisão.</p> <p>(D) o recurso adesivo será conhecido mesmo se houver desistência do recurso principal.</p> <p>(E) o prazo para interposição dos embargos infringentes ou de divergência é de 10 dias.</p>	<p>60. Reputa-se fundada a suspeição de parcialidade do juiz quando</p> <p>(A) ele interveio como mandatário da parte.</p> <p>(B) alguma das partes for sua credora ou devedora.</p> <p>(C) ele for parente, consanguíneo ou afim de alguma das partes, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau.</p> <p>(D) seu cônjuge estiver postulando no processo como advogado da parte.</p> <p>(E) ele funcionou no processo como órgão do Ministério Público.</p>
<p>58. Extingue-se o processo com julgamento de mérito</p> <p>(A) pela convenção de arbitragem.</p> <p>(B) quando o juiz acolher a alegação de perempção, litispendência ou coisa julgada.</p> <p>(C) quando ocorrer confusão entre autor e réu.</p> <p>(D) quando o juiz pronunciar a prescrição.</p> <p>(E) quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal.</p>	<p style="text-align: center;">REDAÇÃO OFICIAL</p> <p>Observando-se a formalidade, a impessoalidade e a padronização que, entre outros atributos, devem caracterizar uma redação oficial, atenda ao que abaixo se pede.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Redija um ofício, dirigido a seu superior hierárquico de um órgão do Poder Público – <i>superior hierárquico</i> e <i>Poder Público</i> que cabe a você determinar quais sejam. 2. O assunto desse ofício deve ser a necessidade de aquisição de livros especializados, atinentes aos trabalhos de sua seção. 3. Fundamente, de modo claro e objetivo, as razões dessa necessidade. <p>Na redação desse ofício, atente para todas as normas do padrão culto da língua, com especial atenção para as formas de tratamento.</p>

R A S C U N H O